Campo Grande, 12 de julho de 2019.

DIVONCIR SCHREINER MARAN

Presidente em substituição

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 187/2019 TRE/PRE/DG/GABDG

O Desembargador DIVONCIR SCHREINER MARAM, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL EM SUBSTITUIÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22, inciso VI, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução TRE/MS n.º 170/1997), e

Considerando a edição do Acórdão n.º 1233/2012, do Plenário do Tribunal de Contas da União, que recomendam ao CNJ a promoção de ações voltadas para a normatização e o aperfeiçoamento dos controles e processos de governança, dentre eles a elaboração de um modelo de processo de gestão de serviços para os entes sob sua jurisdição que inclua, pelo menos, gestão de configuração, gestão de incidentes e gestão de mudança, observando as boas práticas sobre o tema e o estabelecimento da obrigatoriedade de que os entes sob sua jurisdição formalizem processos de gestão de serviços para si, incluindo, pelo menos, gestão de configuração, gestão de incidentes e gestão de mudança, observando as boas práticas sobre o tema (e.g., NBR ISO/IEC 20.000, Itil; subitem II.7);

RESOLVE:

Art. 1º Instituir os processos de gestão de serviços da Secretaria de Tecnologia da Informação, através do Guia de Gestão de Serviços da STI, constante do Anexo único desta Portaria, que estabelece a rotina de procedimentos a serem adotados na condução dos serviços da STI no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. Os processos de gestão de serviços estabelecidos nesta portaria são Gestão de:

I - Central de Serviços;

II - Requisição;

III - Incidente;

IV - Problema;

V - Mudança e Liberação;

VI - Manutenção do Catálogo de Serviços; e

VII - Manutenção dos Acordos de Nível de Serviços.

Art. 2º Caberá à Assessoria de Governança de Tecnologia da Informação realizar a revisão do Guia de Gestão de Serviços de TI, pelo menos uma vez ao ano ou a qualquer momento quando houver necessidade de mudança na metodologia, e sugerir melhorias ao Comitê Executivo de Tecnologia da Informação - CETI.

Art. 3º Esta norma é de cumprimento obrigatório.

Art. 4º Os casos omissos serão resolvidos pelo CETI.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 12 de julho de 2019.

DIVONCIR SCHREINER MARAN

Presidente em substituição

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 188/2019 TRE/PRE/DG/GABDG

O Desembargador DIVONCIR SCHREINER MARAM, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL EM SUBSTITUIÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22, inciso VI, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução TRE/MS

n.º 170/1997), e

Considerando a necessidade de definir diretrizes gerais e específicas para o processo de manutenção de software em uso no tribunal;

Considerando as boas práticas recomendadas para governança e gestão de Tecnologia da Informação;

Considerando a Resolução nº 211 de 15/12/2015 do CNJ, que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);

Considerando o Indicador de Governança, Gestão e de Infraestrutura de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), e visando atender o item "Processos de Software";

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Processo de Sustentação de Softwares –PSS –no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. O processo de sustentação de software visa assegurar a manutenção dos sistemas informatizados em uso no que diz respeito à sua evolução, adaptação e correção, buscando minimizar os efeitos de erros, panes ou bugs, bem como atender de forma mais eficiente às necessidades dos usuários dos sistemas.

Art. 2º A Secretaria de Tecnologia da Informação será responsável pela criação e divulgação do detalhamento do PSS, onde conste o desenho do mapeamento do processo de sustentação de software, a descrição das atividades e dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todo o processo de manutenção de sistemas de informação no âmbito do Regional.

Art. 3º O Processo de Sustentação de Software, bem como seu detalhamento, deverá ser revisado anualmente, ou em menor prazo, quando necessário.

Parágrafo único. Caberá a Coordenadoria de Desenvolvimento de Soluções Corporativas (CODESC) a revisão do detalhamento do Processo de Sustentação de Software, que deverá ser submetido ao Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI) para aprovação.

Art. 4º O Processo de Sustentação de Software deve ser disponibilizado para consulta na Intranet do Tribunal.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pelo CETI.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 12 de julho de 2019.

DIVONCIR SCHREINER MARAN

Presidente em substituição

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 195/2019 TRE/PRE/DG/GABDG - INSTITUI O PROCESSO DO SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SGSI) NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL.

O Desembargador DIVONCIR SCHREINER MARAN, PRESIDENTE EM SUBSTITUIÇÃO DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que a segurança é aspecto essencial para a adequada gestão da informação institucional;

CONSIDERANDO que os processos de Gestão de TIC devem estar adequados às melhores práticas preconizadas pelos padrões nacionais e internacionais para as atividades consideradas estratégicas, consoante dispõe o artigo 10 da Resolução nº 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça, que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia de Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);

CONSIDERANDO que cabe a cada órgão do Poder Judiciário definir, elaborar e aplicar os processos relativos à Gestão de Segurança da Informação, observando as boas práticas atinentes ao tema, criando um ambiente favorável à melhoria contínua, nos termos dos artigos 9º e 12, §2º, da Resolução nº 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO o teor do processo SEI n.º 0006112-38.2019.6.12.8000:

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Processo do Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. O processo identificado no caput deste artigo baseia-se nas seguintes referências: